



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ESDRAS DE LIMA CAVALCANTI

ANÁLISE DA ADOÇÃO DE MATERIALIDADE DUPLA DO GRI PELAS
EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Recife

2023

ESDRAS DE LIMA CAVALCANTI

**ANÁLISE DA ADOÇÃO DE MATERIALIDADE DUPLA DO GRI PELAS
EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Raimundo Nonato Rodrigues
Coorientador (a): Juliana Celia Fidelis Nunes Leite

Recife

2023

ESDRAS DE LIMA CAVALCANTI

**ANÁLISE DA ADOÇÃO DE MATERIALIDADE DUPLA DO GRI PELAS
EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Aprovado em 04 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Raimundo Nonato Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Jeronymo José Libonati
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Cláudio de Araújo Wanderley
Universidade Federal de Pernambuco

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cavalcanti, Esdras de Lima.

Análise da adoção de materialidade dupla do GRI pelas empresas do índice de sustentabilidade empresarial / Esdras de Lima Cavalcanti. - Recife, 2023.
43 : il., tab.

Orientador(a): Raimundo Nonato Rodrigues

Cooorientador(a): Juliana Celia Fidelis Nunes Leite

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2023.

1. GRI. 2. Materialidade dupla. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Raimundo Nonato. (Orientação). II. Leite, Juliana Celia Fidelis Nunes. (Coorientação). III. Título.

300 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ESDRAS DE LIMA CAVALCANTI

ANÁLISE DA ADOÇÃO DE MATERIALIDADE DUPLA DO GRI PELAS EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Aprovado em 04 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof/. Raimundo Nonato Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Jeronymo José Libonati (Avaliador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Cláudio de Araújo Wanderley (Avaliador)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio e suporte durante o caminho que se estende do início até aqui; ao meu irmão pelos momentos de diversão; a Jaqueline por partilhar a jornada acadêmica e a jornada da vida; e a todos que participaram direta ou indiretamente dos momentos que foram essenciais para chegar até aqui.

EPÍGRAFE

“Então considerei que as botas apertadas são uma das maiores venturas da terra, porque, fazendo doer os pés, dão azo ao prazer de as descalçar.” (DE ASSIS, 1998).

RESUMO

Este trabalho busca verificar se as empresas estão cumprindo os requisitos de materialidade dupla propostos pelo Global Reporting Initiative (GRI) em seus relatórios de sustentabilidade, por meio da adesão às diretrizes do GRI na divulgação de relatórios abrangentes como o RI. Isso permitirá avaliar se as empresas estão se alinhando à idealização da materialidade dupla como padrão de materialidade a ser estabelecido.

O GRI é uma organização que desenvolve diretrizes para relatórios de sustentabilidade, incentivando a transparência e responsabilidade corporativa. As diretrizes abrangem uma ampla gama de tópicos de sustentabilidade e ajudam as empresas a coletar e reportar informações relevantes sobre seu desempenho. O Relato Integrado (RI) é um exemplo de relatório empresarial que pode utilizar as diretrizes do GRI. Esse relatório fornece informações úteis aos detentores do capital financeiro, permitindo uma melhor alocação do capital. Os relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes do GRI são amplamente reconhecidos como referência global e são utilizados por empresas em todo o mundo para comunicar seu desempenho em relação às questões de sustentabilidade mais relevantes.

Nessa pesquisa utilizamos a metodologia descritiva e a abordagem qualitativa, entendidas como mais adequadas para o propósito das análises feitas.

Observou-se que as empresas não estão divulgando de forma robusta informações relevantes em sustentabilidade pela materialidade dupla, como a divulgação da matriz de materialidade e a indicação e detalhamento dos stakeholders. As empresas também priorizam tópicos financeiros em seus relatórios, em vez de discutir os impactos ambientais e sociais de suas atividades. Muitas das divulgações são voltadas para a legitimação social e não para conscientizar sobre as influências materiais da empresa no meio ambiente e na esfera social.

Palavras-chave: GRI. Materialidade dupla. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work aims to verify whether companies are complying with the double materiality requirements proposed by the Global Reporting Initiative (GRI) in their sustainability reports, through adherence to GRI guidelines in comprehensive reports such as the Integrated Report (IR). This will allow an assessment of whether companies are aligning with the idealization of double materiality as a standard to be established.

The GRI is an organization that develops sustainability reporting guidelines, promoting corporate transparency and accountability. The guidelines cover a wide range of sustainability topics and help companies collect and report relevant information about their performance. The IR is an example of a business report that can use GRI guidelines, providing useful information to financial capital holders for better capital allocation. Sustainability reports based on GRI guidelines are widely recognized as a global reference and are used by companies worldwide to communicate their performance on the most relevant sustainability issues.

In this research, we used a descriptive methodology and a qualitative approach, understood as more appropriate for the purpose of the analyses made.

It was observed that companies are not robustly disclosing relevant sustainability information through double materiality, such as disclosing the materiality matrix and indicating and detailing stakeholders. Companies also prioritize financial topics in their reports, rather than discussing the environmental and social impacts of their activities. Many disclosures are focused on social legitimization rather than raising awareness about the company's material influences on the environment and social sphere.

Keywords: GRI. Double materiality. Sustainability.

.

LISTA DE QUADROS/TABELAS

Quadro 1 – Entidades selecionadas do ISE B3.....	27
Quadro 2 – Questões sobre materialidade dupla.....	28
Quadro 3 – Resultados por questão.....	31
Quadro 4 – Resultados por bloco.....	31
Quadro 5 – Resultado por variável.....	33

LISTA DE GRÁFICOS/FIGURAS

Gráfico 1 – Representação gráfica por bloco.....	32
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GRI	Global Reporting Initiative
IIRC	International Integrated Reporting Council
SASB	Sustainability Accounting Standards Board
VRF	Value Reporting Foundation
IFRS	International Financial Reporting Standards
RI	Relato Integrado
ESG	Environmental, Social and Governance
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2. JUSTIFICATIVA	16
1.3. OBJETIVOS	18
1.3.1. <i>Objetivo Geral</i>	18
1.3.2. <i>Objetivos Específicos</i>	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1. GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)	19
2.2. MATERIALIDADE	20
2.2.1. <i>Materialidade Dupla</i>	21
2.2.2. <i>Materialidade no RI</i>	23
2.3. ESG E RELATÓRIO INTEGRADO	24
2.4. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE (B3)	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
3.1. TIPO DE PESQUISA	26
3.2. MÉTODO DA PESQUISA	26
3.3. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	27
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	31
4.1. BLOCO A	33
4.2. BLOCO B	34
4.3. BLOCO C	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

O Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional independente que desenvolve e promove diretrizes para relatórios de sustentabilidade. Essas diretrizes são utilizadas por empresas, organizações e governos para reportar seu desempenho em questões relacionadas às suas práticas de consumo e gestão de recursos e relacionamentos que impactam na continuidade no longo prazo.

O objetivo do GRI é incentivar a transparência e a responsabilidade corporativa por meio de relatórios de sustentabilidade padronizados e consistentes. Os relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes do GRI permitem que as empresas comuniquem seu desempenho em relação a questões críticas de sustentabilidade, como emissões de gases de efeito estufa, direitos humanos, igualdade de gênero, diversidade e inclusão, saúde e segurança do trabalho, entre outros.

As diretrizes do GRI abrangem uma ampla gama de tópicos de sustentabilidade e fornecem orientações sobre como as empresas podem coletar e reportar informações relevantes sobre seu desempenho. Isso inclui orientações sobre a seleção de indicadores, a definição de metas e objetivos, a divulgação de políticas e práticas, e a identificação dos principais stakeholders (GRI, 2023).

Os relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes do GRI são amplamente reconhecidos como a referência global e são utilizados por empresas em todo o mundo para comunicar seu desempenho em relação às questões de sustentabilidade mais relevantes.

O Relato Integrado (RI) é um exemplo de relatório empresarial que pode utilizar como referência diretrizes do GRI. Esse relatório reúne informações úteis aos detentores do capital financeiro, permitindo uma melhor alocação do capital. O relatório inova ao propor um padrão estrutural que endereça quais são os fatores mais relevantes (materiais) para a entidade na criação de valor no tempo.

O RI é organizado pelo The International Integrated Reporting Council (IIRC), entidade formada em 2010 pela aliança de empresas, investidores, legisladores, profissionais contábeis e representantes da sociedade civil.

Em 2021, o IIRC se uniu ao Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para criar o Value Reporting Foundation (VRF), que hoje está sob responsabilidade do International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation.

A Estrutura do RI, originalmente publicada em 2013, passou por revisões em 2021 e permanece como guia para elaboração do relato integrado.

Cada vez mais empresas vêm adotando práticas ESG e divulgando relatórios de sustentabilidade voluntariamente. Um esforço que é realizado por diversas empresas que se veem diante de um mercado cada vez mais interessado em informações transparentes e materiais. Ferreira (2019) encontrou em suas análises indicativos de que a receptividade dos usuários das informações aumenta quando as informações são divulgadas por meio de um relatório de sustentabilidade. Há também uma redução na assimetria informacional, garantindo maior transparência ao processo decisório dos usuários das informações. Dessa forma, a divulgação de relatórios de sustentabilidade melhora a compreensão do objetivo e desempenho da entidade empresarial e facilita o entendimento dessas informações por parte dos usuários.

Além de assimilar qual o papel de um relatório de sustentabilidade, devemos ter um entendimento de como ele se estrutura e no que se baseia. Na Estrutura Internacional para Relato Integrado temos o passo a passo para a elaboração e divulgação do RI de acordo com uma configuração uniforme e planejada. A estrutura serve de guia para que a empresa tenha à disposição princípios que conduzirão a elaboração do RI. Dentre os princípios básicos que são propostos pela estrutura, o mais relevante para a nossa análise é o princípio da materialidade, o qual é descrito da seguinte forma: “Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.” (IIRC, 2021, p. 5).

Quanto à determinação da materialidade para a sua correta aplicação na elaboração do RI, a estrutura define qual é o processo que deve ser seguido para a sua determinação:

- a identificação de temas relevantes, com base na sua capacidade de afetar a geração de valor, conforme abordado na Seção 2B (vide parágrafos 3.21a a 3.23);
- a avaliação da importância de temas relevantes no tocante a seu efeito conhecido ou potencial sobre a geração de valor (vide parágrafos 3.24 a 3.27);
- A priorização de temas com base na sua importância relativa (vide parágrafo 3.28);

- A determinação de informações a serem divulgadas sobre temas relevantes (vide parágrafo 3.29). (IIRC, 2021, p. 18).

De acordo com as diretrizes do GRI, materialidade é definida como "a capacidade de uma questão ser significativa, relevante e importante para as partes interessadas na avaliação do desempenho econômico, ambiental e social de uma organização" (GRI, 2023).

No GRI, temos a utilização da materialidade dupla como critério norteador das produções de relatório. A materialidade dupla busca levar em conta as perspectivas da empresa e dos stakeholders de forma integrada. A materialidade simples, entretanto, é uma abordagem que se concentra nos aspectos que impactam diretamente o desempenho financeiro da empresa. Dessa forma, a materialidade adotada pelo GRI é a que abrange os aspectos de maior relevância tanto para a empresa quanto para as partes interessadas.

Conforme Adams *et al.* (2021), à medida que as organizações definem, gerenciam e comunicam continuamente suas identidades, atividades e impactos em relação à sustentabilidade, por meio de sua análise de dupla materialidade, a concepção de desenvolvimento sustentável é gradualmente moldada e remodelada. Dessa forma, o ampliamiento e aprofundamento da utilização de critérios consonantes com a materialidade dupla é capaz de aprimorar cada vez mais as respostas e informações relevantes para os stakeholders.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo em vista a importância do conceito de materialidade dupla evidenciado e apoiado pelo GRI, torna-se relevante averiguar se as empresas estão obtendo êxito em cobrir temas materiais que são abrangidos pelas diretrizes GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade e que estão em consonância com a proposta da materialidade dupla como princípio norteador da elaboração de relatório de sustentabilidade. Sendo assim, nesse trabalho, buscamos **verificar o cumprimento dos requisitos de materialidade dupla propostos pelo GRI por parte das entidades listadas na B3 que emitem relatórios de sustentabilidade baseados no GRI**, o que se torna possível graças à adesão dessas entidades às práticas de divulgação de relatórios abrangentes como o RI. A visão orientada à divulgação de

temas relevantes em sustentabilidade por meio do RI e com base em diretrizes GRI nos permite avaliar se as empresas estão se alinhando à idealização da materialidade dupla como padrão de materialidade a ser estabelecido.

1.2. JUSTIFICATIVA

O processo de determinação da materialidade deve se aplicar tanto a temas que a entidade percebe como sensíveis ou negativos, quanto a temas que representam oportunidades e perspectivas favoráveis. O aspecto mais relevante para a determinação da materialidade é a análise dos efeitos que esses temas podem ter na organização e no ambiente. Portanto, é essencial que sejam identificados os temas relevantes para a elaboração de um relatório de sustentabilidade. Temas que podem ficar mais complexos e danosos no médio e longo prazo devem ser considerados temas relevantes. A organização deve ter o cuidado para não deixar de elencar temas que sejam difíceis de abordar (IIRC, 2021).

Ao analisar as informações de um relatório de sustentabilidade, os usuários buscam verificar a conformidade da entidade com práticas sustentáveis, como as propostas pela Agenda ESG (Environmental, Social and Governance). O tripé ESG ganhou notoriedade e relevância a partir de um esforço das Nações Unidas (2004) para elaborar um referencial de práticas sustentáveis para investidores e entidades de interesse econômico, reafirmando a necessidade do comprometimento de instituições financeiras e empresas com a aplicação de metas sustentáveis e práticas que considerem aspectos sociais.

Sendo assim, uma análise do princípio da materialidade e sua aplicação nas informações divulgadas é relevante para a compreensão da influência que os usuários têm sobre a elaboração de um relatório de sustentabilidade (por meio de expectativa de mercado) e como os usuários são influenciados pelas informações relevantes escolhidas como materiais pela entidade que elabora o relatório, além de compreender como as preparadoras de relatório se comportam diante das expectativas do ambiente externo.

No tocante às diretrizes do GRI, faz-se oportuno analisar se uma empresa adota a materialidade dupla proposta pelo GRI para se medir a abrangência das questões sustentáveis evidenciadas nos relatórios preparados pela empresa. Uma

empresa que está de acordo com as propostas da materialidade dupla, sabe a importância das questões materiais para seus stakeholders, o que evidencia a preocupação da empresa com os impactos não apenas financeiros, mas também os impactos sociais e ambientais que afetam todas as partes envolvidas. Ademais, uma empresa que adota a materialidade dupla está se comprometendo em seguir boas práticas de relatórios de sustentabilidade, garantindo transparência e responsabilidade em seus relatórios, o que garante informações relevantes aos interessados. É oportuno considerar que a materialidade simples é uma abordagem que objetiva controlar e evidenciar os impactos financeiros decorrentes de questões de sustentabilidade, os quais são usualmente associados ao consumo de recursos e relações entre as partes interessadas. Por outro lado, a materialidade dupla amplia essa perspectiva, considerando que riscos e oportunidades relacionados a aspectos não financeiros também podem impactar o desempenho da organização e, portanto, devem ser monitorados e comunicados ao público de interesse. Dessa forma, a materialidade dupla reconhece a necessidade de abranger uma visão mais ampla e abrangente em relação às questões de sustentabilidade, indo além da dimensão financeira.

Entender o comprometimento da entidade com pautas sociais e ambientais é uma forma de evidenciar aos stakeholders quais empresas estão aceitando a necessidade de se desenvolver sustentavelmente com a perspectiva de longo prazo, considerando a finitude dos recursos materiais que temos, além das mudanças sociais e ambientais que põem em risco o equilíbrio da vida humana no planeta terra. A materialidade dupla serve para estender a relevância da atuação das entidades, que não se limita à manutenção da continuidade da entidade e a viabilidade de retornos financeiros, mas também os impactos que a entidade causa nas condições de vida de todos os stakeholders.

Desenvolver análises nesse tema pode ajudar na evidenciação de novos raciocínios a respeito da questão da materialidade dupla. Um aprofundamento no tema nos permitirá tecer novas relações entre o que é proposto pelo GRI e o que é praticado pelas entidades, além de nos proporcionar um entendimento dos caminhos que estão sendo trilhados pelas entidades que buscam divulgar informações relevantes sobre sustentabilidade, e o quão abertas estas entidades estão a aprofundamentos metodológicos nos processos de elaboração de relatórios de sustentabilidade. As orientações de estruturas para elaboração de relatórios como o

RI estão cada vez mais alinhadas com a necessidade de considerar o foco em stakeholders e temas materiais de sustentabilidade.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Verificar o cumprimento dos requisitos de materialidade dupla propostos pelo GRI por parte das entidades listadas na B3 que emitem relatórios de sustentabilidade baseados no GRI.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Listar as questões elaboradas que conseguem abranger o entendimento dos requisitos de materialidade dupla do GRI;
- Aplicar questionamentos em busca de evidências de que as empresas analisadas estão cumprindo os requisitos de materialidade dupla do GRI;
- Listar e discutir os dados obtidos com a aplicação dos questionamentos sobre o cumprimento dos requisitos de materialidade dupla do GRI.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

O GRI funciona como referencial para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade. Em 1999 foi formulada a primeira versão das diretrizes para relatórios de sustentabilidade. De acordo com Vellani (2011), as diretrizes tinham como objetivo organizar o processo de evidenciação da sustentabilidade empresarial. Diferentemente dos índices de sustentabilidade existentes na época, o GRI propôs um processo de evidenciação auditado, o que garante maior credibilidade aos relatórios.

Segundo o Instituto Ethos (2014), os relatórios de sustentabilidade podem ser considerados a principal forma de se comunicar desempenho econômico, social e ambiental das organizações. Segundo o GRI (2023), o modelo de relatório proposto pelo GRI seria o mais abrangente e amplamente utilizado em todo o mundo. Tal afirmação é corroborada por levantamentos realizados na área, como a pesquisa bienal executada pela KPMG (2022) que busca avaliar tendências de divulgações de relatórios de sustentabilidade em escala global. Conforme o GRI (2023), um relatório de sustentabilidade é a base essencial para transmitir os impactos, tanto positivos quanto negativos, da sustentabilidade, além de fornecer informações que podem influenciar a política, estratégia e operações da organização de forma contínua.

Em 2006, tivemos o lançamento do G3, estrutura do GRI que apresentou uma grande evolução pela forma como foi desenvolvida e aperfeiçoada. As diretrizes tiveram uma atualização com a criação do G4 em 2013, formulado com a finalidade de incrementar a adesão de organizações de todos os tipos. Para alcançar esse objetivo, foi preciso aumentar a facilidade de uso, a qualidade técnica e a uniformidade em relação às diretrizes anteriores.

Em 2016, o GRI lançou o GRI Standards, uma nova versão das diretrizes G4. A transição buscou garantir maior clareza, consistência e comparabilidade dos relatórios de sustentabilidade, tornando mais fácil para as empresas e outras organizações produzirem relatórios relevantes, confiáveis e de alta qualidade.

A partir desse novo padrão, a organização que desejar elaborar relatório de sustentabilidade referenciando-se nos padrões GRI, deve escolher entre duas opções:

a opção essencial, que exige o mínimo de informações necessárias para o entendimento da empresa; e a opção abrangente, que requer um maior detalhamento da realidade da empresa, trazendo conteúdo adicional e robusto. Nesse novo padrão, temos as seguintes divisões de normas: universais, englobando os GRI 101, 102 e GRI 103; e normas específicas, englobando os GRI 200, 300 e 400.

2.2. MATERIALIDADE

No contexto do GRI (Global Reporting Initiative), a materialidade é um conceito fundamental que se refere à relevância das questões de sustentabilidade para uma organização. Segundo o GRI, as organizações devem reportar sobre as questões que são materialmente relevantes para elas e para seus stakeholders, ou seja, aquelas que têm o potencial de afetar significativamente a tomada de decisão e o desempenho econômico, social e ambiental da organização.

A materialidade é determinada por meio de uma análise de risco e impacto das questões de sustentabilidade para a organização, levando em consideração a perspectiva dos stakeholders. Critérios como a relevância para a indústria; a probabilidade e a magnitude dos impactos; a capacidade de influenciar as decisões dos stakeholders e a capacidade da organização de gerenciar a questão são considerados nessa análise.

O GRI estabelece um processo de identificação e priorização das questões de materialidade que deve ser realizado pelas organizações antes de elaborarem seus relatórios de sustentabilidade. Esse processo envolve a consulta aos stakeholders, a avaliação dos riscos e oportunidades, a identificação das questões de sustentabilidade que afetam a organização e a definição da importância relativa de cada questão.

O relatório de sustentabilidade no padrão GRI deve refletir as questões materialmente relevantes para a organização, tanto do ponto de vista interno quanto externo. A materialidade é uma das diretrizes centrais do GRI, que visa incentivar a transparência e a responsabilidade das organizações em relação às questões de sustentabilidade que mais importam para seus stakeholders e para a sociedade como um todo (GRI, 2023).

Devido à ampla variedade de temas que podem ser abordados em relatórios de sustentabilidade referenciados no GRI, como direitos humanos, governança, biodiversidade e energia, as organizações enfrentam o desafio de identificar quais informações são materialmente relevantes para seus stakeholders. Como há uma diversidade de interessados, a complexidade da tarefa fica ainda maior (REIMSBACH et al., 2019).

Uma abordagem utilizada para abordar essa questão é a "análise de materialidade", que tem como objetivo determinar a relevância de temas específicos para uma organização e seus stakeholders (CALABRESE et al., 2016). Para conduzir essa análise, a organização deve envolver diversos grupos de interesse para obter diferentes perspectivas sobre questões econômicas, ambientais e sociais. Essas perspectivas servem não apenas para orientar o que deve ser relatado, mas também para informar como a organização deve agir diante das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável (FORSTATER et al., 2006).

É oportuno ressaltar que a qualidade da análise de materialidade pode variar de organização para organização. Cada entidade possui uma forma diferente de determinar qual informação é material ou não. Sendo assim, é esperável encontrar divergências notáveis entre os conteúdos de relatórios de sustentabilidade que são elaborados e divulgados (EDGLEY et al., 2015).

A análise de materialidade é um processo repleto de subjetividade. Experiências, expectativas e opiniões influenciam diretamente como será avaliada a relevância dos aspectos de sustentabilidade apresentados. Tomadas de decisões que levam em conta julgamento subjetivos são, não raramente, considerados imprecisos e incertos (YAN et al., 2015).

2.2.1. Materialidade Dupla

A materialidade dupla considera tanto a perspectiva da organização quanto a perspectiva dos stakeholders na definição das questões materiais a serem relatadas. De acordo com o GRI, as organizações devem reportar sobre as questões que são materialmente relevantes para elas e para seus stakeholders, ou seja, aquelas questões que têm o potencial de afetar significativamente a tomada de decisão e o desempenho econômico, social e ambiental da organização.

O GRI adota a dupla materialidade e utiliza o conceito de materialidade dupla que foi delimitado pela Comissão Europeia em 2019. O conceito proposto é o de que a materialidade deve ser julgada sob as perspectivas de: (i) percepção da posição financeira e do desempenho, considerando o seu valor; e (ii) o impacto social e ambiental que as atividades da empresa causam nos stakeholders (ADAMS et al., 2021).

Conforme desenvolvido por Baumüller e Sopp (2022) quanto à incorporação da materialidade dupla pelos agentes políticos e de mercado, podemos adotar como marco inicial as discussões ocorridas nas comissões da União Europeia em 2015: em setembro deste ano, houve a adoção das ODS propostas pela ONU; posteriormente, em dezembro, foi assinado o Acordo de Paris. Outra influência marcante foi o resultado da crise financeira de 2008. Todas essas medidas foram tomadas a partir da necessidade de se ter objetivos definidos para os efeitos sociais e ambientais das atividades empresariais.

Sendo assim, a preocupação com o meio ambiente, os impactos sociais e o futuro do planeta foram aspectos relevantes nas decisões políticas tomadas e que ajudaram a definir o futuro da prestação de contas sobre sustentabilidade e impactos gerados pelas empresas.

Entretanto, Conforme Ferreira (2022), existem dificuldades que surgem da adoção da materialidade dupla como opção, como o aumento da complexidade das informações relevantes em sustentabilidade que são apresentadas, por razão da complexidade das normas.

A materialidade dupla difere da materialidade simples, que considera apenas a perspectiva da organização, com um foco mais financeiro, na definição das questões materiais. A materialidade simples pode levar a uma falta de alinhamento entre o que é relatado pela organização e as expectativas dos stakeholders em relação às questões de sustentabilidade, além de não contemplar os impactos que as atividades da empresa têm sobre os aspectos que não afetam o desempenho financeiro da empresa e, portanto, não são divulgados. Percebe-se que a materialidade simples foca nos aspectos que contribuem para a manutenção da continuidade das atividades da entidade, avaliando os efeitos que os fatores externos (como por exemplo, mudanças climáticas) desempenham na capacidade da empresa em se manter economicamente viável (sustentável). Assim, os efeitos que a empresa causa nos fatores externos não são devidamente considerados, uma vez que o escopo de

análise se limita à sustentabilidade da entidade que tem como objeto principal a geração de lucro (GREEN CENTRAL BANKING, 2021).

Ao adotar a materialidade dupla, espera-se que as organizações possam garantir que suas atividades de relato de sustentabilidade reflitam as questões que são importantes tanto para a organização quanto para seus stakeholders, resultando em relatórios mais relevantes e úteis (ADAMS et al., 2021).

2.2.2. Materialidade no RI

Ao seguir as diretrizes do IIRC (2021) para a elaboração do RI, a organização segue as definições de materialidade propostas pela estrutura padrão. Como apontado na estrutura: um RI deve evidenciar informações sobre aspectos que afetem de forma relevante a habilidade da organização criar valor no curto, médio e longo prazo (IIRC 2021, p. 29). No processo de determinação da materialidade, temos a necessidade de identificar os aspectos relevantes; avaliar a importância desses aspectos; priorizar os aspectos baseando-se na sua importância relativa; e então determinar qual informação será evidenciada. Este raciocínio presente na estrutura serve tanto para casos que influenciam positivamente ou negativamente a imagem da empresa.

Segundo Lai et al. (2017), a implementação da materialidade na elaboração do RI não deve ser entendida como a decisão do que será incluído ou omitido do RI, mas sim como a função que os preparadores dão ao RI. Essa função não deve ser entendida como a instrumentalização do RI com o propósito de simplificar e apresentar informações para uma audiência e gerar valor, mas sim como a escolha da entidade em evidenciar as estratégias adotadas. Sendo assim, a escolha do que será evidenciado não se baseia no que é mais conveniente para causar uma impressão nos investidores. Evidenciar estratégias oferece a oportunidade de expandir o alcance e utilidade do RI.

De acordo com Fasan e Constantini (2020), os critérios de materialidade do RI são especificamente voltados para a divulgação das atividades, recursos e capacidades da entidade em gerar valor no longo prazo. O foco é estendido para uma visão de sustentabilidade baseada não apenas na atenção ao desempenho atual da entidade em aspectos ESG, mas também na preocupação com a viabilidade do capital a longo prazo.

2.3. ESG E RELATÓRIO INTEGRADO

De acordo com Dalcero e Hoffmann (2022), a adoção de práticas ESG contribui positivamente para o fortalecimento da entidade diante de riscos futuros e ameaças do ambiente. Assim, a elaboração do RI em consonância com a aplicação de práticas ESG tem o potencial de proporcionar maior estabilidade para a entidade e evidenciar a realidade das operações de forma material aos usuários dessas informações, dando maior segurança a respeito da sustentabilidade do negócio.

Conforme apresentado por Mervelskemper e Streit (2017), a decisão de publicar relatórios de sustentabilidade com informações relevantes sobre ESG é por si só suficiente para que os investidores avaliem positivamente a performance da entidade no quesito ESG.

A adoção do RI e de práticas ESG podem ter efeitos positivos nos resultados da empresa. Como bem analisado por Santana e Zaro (2022), a adoção voluntária do RI e práticas ESG pode ter impactos na qualidade dos lucros. O compromisso com a transparência e a prestação de contas contribuem para que o usuário das informações tenha à sua disposição informações materiais capazes de determinar o rumo de um investimento planejado. O gerenciamento de resultados, prática que consiste na manipulação de informações por gestores com o fim de agradar expectativas de investidores e interessados, é menos utilizado quando se adotam práticas ESG em conjunto com o RI (SANTANA; ZARO, 2022).

Ainda de acordo com Benlemlih et al. (2018), em um estudo pioneiro na investigação da relação entre Responsabilidade Social Corporativa e a eficiência de investimentos realizados, foi encontrada evidência robusta que corrobora com o entendimento de que a eficiência dos investimentos está ligada ao incentivo de práticas de Responsabilidade Social Corporativa.

Quanto às razões para a adoção de práticas ESG, Albuquerque et. al (2019) nos fornecem evidência empírica de que as empresas são muito mais suscetíveis a desenvolver mecanismos de responsabilidade social por influência dos consumidores, contrariando o entendimento de que o maior influenciador nestas questões seriam os investidores, detentores do capital.

2.4. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE (B3)

O ISE, ou Índice de Sustentabilidade Empresarial, é um índice criado pela B3 (antiga BM&FBOVESPA) em 2005 para medir o desempenho das empresas listadas na bolsa brasileira em relação a práticas de sustentabilidade.

O objetivo do ISE é incentivar as empresas a adotarem boas práticas ambientais, sociais e de governança, promovendo uma cultura de sustentabilidade no mercado financeiro brasileiro. Para isso, as empresas precisam atender a critérios específicos em diversas áreas, como mudanças climáticas, ética e transparência, gestão de fornecedores, entre outras. As empresas selecionadas para compor o ISE são revisadas e atualizadas periodicamente. O índice é composto por empresas de diferentes setores e com diferentes tamanhos de mercado. O ISE é considerado um importante indicador de desempenho para investidores que valorizam práticas de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa em suas decisões de investimento. Além disso, as empresas que fazem parte do ISE tendem a ter maior visibilidade e reputação no mercado.

A cada ano, as empresas são avaliadas e pré-selecionadas com base no nível de liquidez de suas ações na B3. Em um processo totalmente voluntário, a B3 envia um questionário para as 200 empresas mais líquidas e, a partir das respostas, analisa diversos aspectos internos e externos dessas organizações, como seu relacionamento com empregados, fornecedores, governança corporativa, comunidade e meio ambiente (B3, 2018).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. TIPO DE PESQUISA

Segundo Sekaran (1984), o propósito principal do método de pesquisa é descobrir soluções ou respostas para questões por meio de uma investigação organizada, crítica, sistemática, científica e fundamentada em dados observados.

Dessa forma, nesta pesquisa vamos usar a metodologia descritiva e utilizaremos a abordagem qualitativa, entendida como mais adequada para o propósito desta pesquisa. A abordagem qualitativa nos permitirá atingir os objetivos de compreensão necessários ao entendimento do problema de pesquisa proposto, através da análise aprofundada da documentação divulgada pelas entidades escolhidas, o que está em consonância as melhores práticas da abordagem qualitativa (KING et al., 1994).

Outras pesquisas que utilizaram este referencial metodológico e obtiveram êxito em desenvolver os problemas abordados, foram as de Helou (2014), Madalena et al. (2016) e Bonadio e Gonçalves (2016), que serviram para evidenciar o êxito da metodologia adotada.

3.2. MÉTODO DA PESQUISA

Realizamos a investigação das divulgações de RI realizadas por preparadores para o ano base 2021, através de análise documental. Esta técnica, como defendido por Lüdke e André (1986), tem a capacidade de extrair evidências importantes de um documento, que deve ser entendido como uma fonte poderosa de informações qualitativas. Buscaremos por indícios de padrões de materialidade que estejam em conformidade com os critérios de materialidade propostos pelo GRI.

Foi realizada uma análise comparativa entre os relatórios escolhidos, possibilitando a evidenciação dos aspectos em consonância com o GRI e com as melhores práticas de sustentabilidade. Identificando os aspectos de divulgação de informações relevantes em sustentabilidade, é possível elencar os pontos que indicam se a entidade está em consonância com as propostas da materialidade dupla.

3.3. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo utiliza os relatórios de sustentabilidade (RIs) obtidos das fontes oficiais disponíveis nas plataformas digitais das entidades selecionadas. As entidades selecionadas são parte da composição da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), gerenciado pela Bolsa de Valores do Brasil (B3, 2023).

Selecionamos 20 (vinte) entidades da carteira do ISE utilizando como critério de escolha a participação (%) que a entidade tem na composição da carteira. Escolhemos, assim, as vinte entidades com participação mais relevante no ISE, sendo estas as entidades que, de acordo com o propósito do ISE, estão mais compromissadas com a divulgação de informações relevantes em sustentabilidade para seus stakeholders.

Quadro 1 – Entidades selecionadas do ISE B3.

NOME DA EMPRESA
Magazine Luiza
Grupo Natura
Telefônica Brasil
Grupo CCR
Engie Brasil
Banco do Brasil
TIM Brasil
ISA CTEEP
Cemig
Lojas Renner
WEG S.A.
Klabin S.A.
Bradesco
RaiaDrogasil
Itaú Unibanco
Santander Brasil
Rumo Logística
Itaúsa S.A.
Suzano
Eneva

Fonte: elaboração própria.

As perguntas elaboradas para a identificação de aspectos relacionados à materialidade dupla foram:

Quadro 2 - Questões sobre materialidade dupla.

QUESTÕES ELABORADAS
Bloco A
1) Houve a divulgação de informações que fazem referência a materialidade dupla: palavras-chave como materialidade dupla e materialidade de impacto.
2) A empresa divulga a matriz de materialidade adotada? (GRI 102-46, 102-47)
3) A empresa divulga os seus stakeholders? (GRI 102-40, 102-42, 102-43)
4) A empresa explica os tópicos materiais em sustentabilidade que foram escolhidos? (GRI 103-1, 103-2, 103-3)
Bloco B
5) Divulgação de pelo menos 1 informação relevante na série GRI 200
6) Divulgação de pelo menos 5 informações relevantes na série GRI 200
7) Divulgação de pelo menos 1 informação relevante na série GRI 300
8) Divulgação de pelo menos 5 informações relevantes na série GRI 300
9) Divulgação de pelo menos 1 informação relevante na série GRI 400
10) Divulgação de pelo menos 5 informações relevantes na série GRI 400
Bloco C
11) Existe menção ou discussão a respeito do impacto causado pela empresa em fenômenos sociais e ambientais?
12) Em temas de meio ambiente, a empresa evidencia os impactos causados pela empresa?
13) A empresa enfatiza os efeitos causados na realidade dos stakeholders por impactos causados pela empresa na esfera social e ambiental?

Fonte: elaboração própria.

As questões elaboradas foram divididas em blocos que representam divisões na análise realizada nesta pesquisa.

O bloco “A” é formado por perguntas que buscam mensurar a conformidade das empresas com os indicadores do GRI que consideramos mais indicativos de alinhamento com fatores chaves da materialidade dupla. Como observado na pesquisa de Cristofaro e Gulluscio (2023), essas questões são pertinentes ao buscar indícios de materialidade dupla em relatórios de sustentabilidade.

A primeira questão (1) busca avaliar se há menção ou referência à materialidade dupla nestes relatórios (CRISTOFARO; GULLUSCIO, 2023). Constatar tal informação é relevante para identificar a possibilidade de uma empresa adotar e evidenciar a materialidade dupla de forma voluntária.

A segunda questão (2) nos permite observar se a empresa considera relevante evidenciar os temas de sustentabilidade que a empresa considera importante para seus stakeholders. A matriz de materialidade direciona os fatores estratégicos de

sustentabilidade que a entidade adota e divulga em seus relatórios (AYRES; BONIFÁCIO; DOS ANJOS SILVA, 2020).

A terceira questão (3) é relevante pois a materialidade dupla pressupõe a garantia de que os stakeholders saibam os efeitos que a empresa causa na sociedade e meio ambiente. Sendo assim, a definição e a elaboração de quem são seus stakeholders é relevante para nossa análise.

A quarta questão (4) busca complementar o entendimento obtido pela indagação da segunda questão (2), considerando o alcance da materialidade adotada pela empresa e se há evidências de que os stakeholders serão informados dos efeitos relevantes das atividades da empresa.

No bloco “B”, buscamos identificar se os relatórios analisados (RIs) se preocupam com a divulgação de temas de sustentabilidade relevantes para os interessados.

Estas questões buscam mensurar a presença de temas relevantes em sustentabilidade nos relatórios. As empresas que divulgam ao menos uma informação relevante (questões 5, 7 e 9) demonstram estar em conformidade com as propostas de elaboração de relatórios de sustentabilidade. Espera-se que as empresas analisadas satisfaçam esse critério, considerando o fato de serem empresas integrantes do índice de sustentabilidade da B3. Quanto às questões 6, 8 e 10, buscamos verificar se a empresa está comprometida em divulgar uma quantidade relevante de informações em tópicos específicos de contabilidade (econômico, social e ambiental). O número de itens que escolhemos para alcançar o objetivo destas questões (cinco itens) foram definidos de acordo com as limitações metodológicas e de cronograma desta pesquisa, e por acharmos na literatura outras produções acadêmicas que utilizaram este critério em suas análises (SERAPEIM; YOON, 2022. SOOD, 2023).

Estas questões permitem identificar os temas considerados mais relevantes para as preparadoras de relatório, e se algum tema possui resistência à divulgação pelas entidades. Para estas indagações, separamos as questões em: informações relevantes de aspectos financeiros (questões 5 e 6, abrangidos pela série GRI 200); informações relevantes de aspectos ambientais (questões 7 e 8, abrangidos pela série GRI 300); e informações relevantes de aspectos sociais (questões 9 e 10, abrangidos pela série GRI 400).

No bloco “C”, temos questões mais assertivas quanto a tópicos relevantes de materialidade dupla, como a busca por evidências sobre discussões sobre impactos sociais e ambientais (questão 11); a ênfase em impactos ambientais causados e a divulgação destes impactos (questão 12); e a assertividade da empresa em evidenciar os efeitos causados na realidade material dos stakeholders. Estas questões partem da perspectiva de que os impactos sociais e ambientais não podem ser despriorizados por questões de relevância material (ADAMS et al., 2021).

As questões serão respondidas binariamente (sim ou não) e posteriormente será analisada a relevância (percentualmente) e as implicações decorrentes.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Após análise dos relatórios de sustentabilidade, pudemos obter os seguintes resultados através da aplicação das questões citadas, buscando identificar os objetos das questões:

Quadro 3 - Resultados por questão

Questão	Identificado	Identificado (%)	Não identificado	Não identificado (%)
1	0	0%	20	100%
2	6	30%	14	70%
3	10	50%	10	50%
4	14	70%	6	30%
5	20	100%	0	0%
6	20	100%	0	0%
7	20	100%	0	0%
8	8	40%	12	60%
9	20	100%	0	0%
10	6	30%	14	70%
11	8	40%	12	60%
12	6	30%	14	70%
13	3	15%	17	85%

Fonte: elaboração própria

No quadro 3, temos a identificação dos objetos em cada questão. Ao todo foi preciso realizar a observação de vinte (20) empresas por questão, a fim de responder se foi possível identificar evidências do objeto da questão.

Quadro 4 - Resultados por bloco

Bloco	Nº de questões	Identificado	Identificado (%)	Não identificado	Não identificado (%)
Bloco A (1-4)	4	30	38%	50	63%
Bloco B (5-10)	6	94	78%	26	22%
Bloco C (11-13)	3	17	28%	43	72%

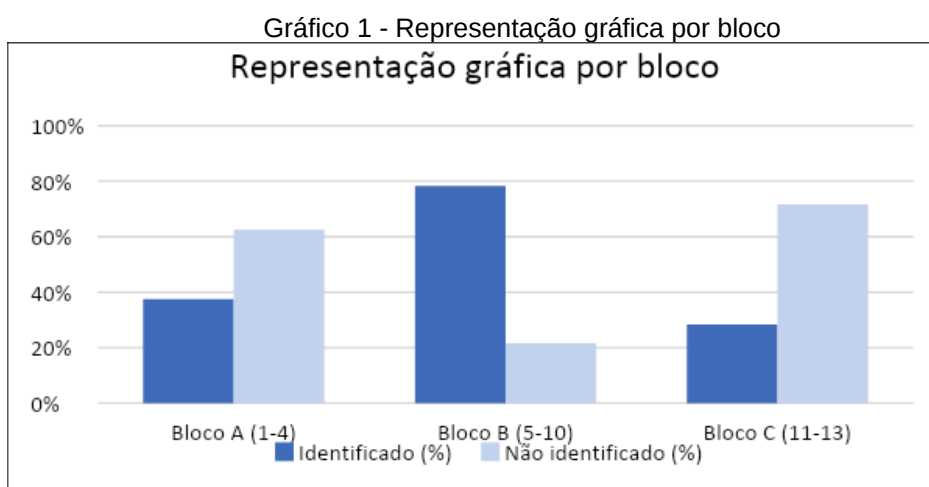
Fonte: elaboração própria

No quadro 4, temos os resultados obtidos por blocos. Na análise das questões do bloco “A”, é possível inferir que as empresas não estão conseguindo proporcionar as informações de caráter estrutural para a divulgação de tópicos relevantes em conformidade com a materialidade dupla. O que corrobora com o entendimento de

que não há um movimento voluntário pelo desenvolvimento de divulgações mais aprofundadas em tópicos de sustentabilidade voltados para os efeitos e impactos das atividades da empresa.

No bloco “B”, pôde-se observar que as preparadoras estão buscando divulgar informações dentro dos tópicos mais relevantes do tripé da sustentabilidade. Obtivemos o resultado mais relevante (78% de pontos identificados) dentre os blocos de análise. Porém, observando analiticamente é possível entender que os aspectos financeiros são priorizados. As questões referentes à divulgação de apenas um ponto do tripé de sustentabilidade indicam a adequação do relatório à estrutura normativa escolhida pelos preparadores para a elaboração do relatório de sustentabilidade.

Enquanto no bloco “A” o nosso foco foi em observar se havia evidências de presença das bases para a aplicação e cumprimento da materialidade dupla, no bloco “C” foi possível observar se as empresas se comprometiam em tratar de temas ligados aos impactos causados na sociedade. Nesse bloco, tivemos apenas 17 pontos identificados dentre as 60 observações realizadas (as 20 empresas para cada uma das 3 questões).



Fonte: elaboração própria

A representação gráfica facilita a evidenciação do que foi exposto acima. A prevalência de pontos identificados no bloco “B”, deve-se à divulgação prioritária de informações financeiras relevantes para o relatório de sustentabilidade. Enquanto isso, a prevalência de pontos não identificados no bloco “C” corrobora com o entendimento de que os aspectos do tripé de sustentabilidade divulgados não ensejam a discussão sobre o impacto gerado na sociedade.

Quadro 5 - Resultado por variável

Variável	Frequência absoluta	Frequência relativa
Identificado	141	54%
Não identificado	119	46%
Soma	260	100%

Fonte: elaboração própria

Como tratado anteriormente, os pontos identificados possuem grande influência da divulgação de informações de sustentabilidade que concernem às práticas e efeitos sofridos pela empresa, além das respostas a esses fatores.

4.1. BLOCO A

Quanto à primeira questão (1), a ausência de menção à materialidade dupla ou materialidade de impacto nos relatórios analisados indica que as empresas focam na materialidade simples ou financeira em suas práticas de relato de sustentabilidade. A iniciativa de desenvolver temas a respeito de materialidade dupla se mostra mais presente em relatórios de sustentabilidade de empresas que atuam em países da União Europeia, onde a materialidade dupla é aplicada na elaboração de relatórios de sustentabilidade com maior intensidade (CRISTOFARO; GULLUSCIO, 2023).

Já na segunda questão (2), pudemos observar que 30% das empresas analisadas evidenciaram a matriz de materialidade. Muitas das empresas analisadas mencionaram a matriz de materialidade em seus relatórios de sustentabilidade, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e a responsabilidade corporativa.

No entanto, muitas dessas empresas não divulgam a matriz de materialidade em si, o que pode ser um sinal de que a empresa não está totalmente comprometida em identificar e abordar os temas mais relevantes em termos de sustentabilidade. É possível que essas empresas estejam mais preocupadas em usar a ideia de matriz de materialidade como uma forma de cumprir requisitos ou critérios de elaboração de relatórios, em vez de realmente usá-la como uma ferramenta para impulsionar mudanças positivas em seus negócios e para a sociedade.

Na terceira questão (3), identificamos que 50% das empresas divulgaram seus stakeholders de forma que fosse possível identificá-los.

É importante destacar que muitas dessas empresas não detalham de forma clara e objetiva quem são seus stakeholders (apesar de divulgarem), ou ainda, acabam focando apenas nos stakeholders financeiros, deixando de lado outras partes interessadas importantes para o negócio.

A falta de transparência na divulgação dos stakeholders pode prejudicar a compreensão do público em relação à atuação da empresa, bem como comprometer a efetividade das ações implementadas. Isso porque a falta de clareza em relação aos stakeholders pode levar a uma percepção negativa de que a empresa não está levando em consideração outros aspectos importantes além do financeiro.

Por outro lado, nas respostas da quarta questão (4) foi possível identificar que as empresas tiveram uma preocupação maior em elaborar sobre os tópicos materiais escolhidos. Pôde-se analisar que a adoção das ODS foi essencial à correta elaboração de demonstrativos contendo os tópicos materiais relevantes.

4.2. BLOCO B

Pelas respostas obtidas nas questões 5 a 10, observou-se uma tendência esperada de que os tópicos financeiros seriam mais relevantes nas divulgações dos relatórios, principalmente por serem relatórios que se baseiam primariamente em critérios de materialidade simples (financeira). Por outro lado, os tópicos ambientais e sociais apresentaram uma exposição limitada, indicando que essas questões não receberam a mesma ênfase ou prioridade na apresentação das informações.

Tal observação reforça a necessidade de que as empresas ampliem suas divulgações e aprofundem a análise dos impactos ambientais e sociais de suas atividades, além de evidenciar a importância de considerar o espectro completo de questões relevantes para seus stakeholders.

Considerando a análise de divulgação de informações relevantes sobre meio ambiente em relação à divulgação de informações relevantes sobre questões sociais, podemos observar que há uma expressividade maior de temas ambientais, devendo-se à influência do pilar meio ambiente da abordagem ESG. Ainda assim, a divulgação de temas ambientais é limitada.

4.3. BLOCO C

Na questão 11, foi possível observar que 40% das empresas divulgam discussões a respeito dos impactos causados pela empresa em fenômenos sociais e ambientais. Ressalta-se, porém, que estas divulgações analisadas são referentes a impactos causados por atividades que estas empresas realizaram mudanças significativas, como por exemplo o consumo de água ou energia elétrica. Desta forma, não são divulgações voltadas para a evidenciação dos impactos com o propósito de conscientizar a respeito das influências materiais que a empresa tem no meio ambiente e na esfera social, mas sim divulgações com o propósito de se legitimar socialmente (BORÇATO, 2017).

Analisando os relatórios através da questão 12, foi constatada uma inclinação por parte das empresas a enfatizarem aspectos positivos e ações proativas no que se refere à mitigação de impactos ambientais, mediante a adoção de práticas ecologicamente corretas e à implementação de mecanismos de controle específicos. Não obstante, não se observou a presença de iniciativas voltadas à divulgação dos danos e efeitos adversos da atividade empresarial no longo prazo.

Adicionalmente, pela questão 13 foi possível observar que as empresas não demonstram interesse em considerar os impactos causados na realidade material dos stakeholders.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscamos analisar se havia evidências do cumprimento dos critérios de materialidade dupla em relatórios de sustentabilidade preparados por empresas que compõem a carteira do ISE. Analisando os relatórios através das questões elaboradas com base na literatura explorada ao longo desse trabalho, podemos observar que as empresas focam principalmente na materialidade simples ou financeira em suas práticas de relato de sustentabilidade, não complementando ou estendendo o escopo de divulgação com a materialidade dupla ou de impacto.

Em nossas observações das vinte (20) empresas escolhidas do ISE B3, foi possível elencar evidências que apontam para o estado atual do cumprimento da proposta de materialidade dupla do GRI.

As empresas analisadas não apresentaram evidências robustas de que estavam em conformidade com as propostas estruturais do GRI para a divulgação de informações relevantes de sustentabilidade pela materialidade dupla. Por exemplo, a divulgação da matriz de materialidade e a indicação e detalhamento dos stakeholders, além da menção de stakeholders específicos como a sociedade, são aspectos de elevada importância para que os relatórios ensejem a divulgação de impactos relevantes para a sociedade. Em consonância com esta observação, foi possível observar uma carência de discussões a respeito dos impactos causados pela empresa em suas atividades, havendo um foco maior nos efeitos causados à empresa, centrando as discussões em torno de alternativas e projetos para a mitigação dos danos causados às atividades empresariais.

Embora muitas empresas tenham mencionado a matriz de materialidade em seus relatórios de sustentabilidade, poucas divulgaram a matriz em si, o que pode indicar falta de comprometimento em identificar e abordar temas relevantes em termos de sustentabilidade. Além disso, a falta de transparência na divulgação dos stakeholders pode prejudicar a compreensão do público em relação à atuação da empresa e comprometer a efetividade das ações implementadas. Aliado à falta de transparência na divulgação dos stakeholders, foi possível observar uma valoração maior dos stakeholders financeiros, enquanto a sociedade, enquanto stakeholder, não recebia evidenciação prioritizada.

Observou-se também que as empresas tendem a priorizar tópicos financeiros em seus relatórios de sustentabilidade, indicando a necessidade de que as empresas

ampliem suas divulgações e aprofundem a análise dos impactos ambientais e sociais de suas atividades. Conforme os resultados obtidos em nossas análises, podemos inferir que as empresas adequam seus relatórios à divulgação de informações relevantes em sustentabilidade através da materialidade simples. Tal observação, porém, não exclui a crescente e verificável incorporação de tópicos de sustentabilidade aos relatórios de sustentabilidade recentes – conforme os pontos observados nas análises do bloco “B”. Porém, é preciso ampliar o entendimento do que são tópicos de sustentabilidade materiais, e se esta materialidade inclui os impactos causados pela entidade ao meio ambiente e equilíbrio social.

Por fim, embora tenham sido identificadas discussões a respeito dos impactos causados pelas empresas em fenômenos sociais e ambientais, muitas dessas divulgações são voltadas para a legitimação social e não para conscientizar sobre as influências materiais da empresa no meio ambiente e na esfera social.

REFERÊNCIAS

INTERNATIONAL <IR> FRAMEWORK. IIRC. 2021.

Governance Archive. Integrated Reporting, 2022. Disponível em: <<https://www.integratedreporting.org/the-iirc-2/governance-archive/>>. Acesso em: 5 de jan. de 2022.

Framework. Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado, 2022. Disponível em: <<https://relatointegrado brasil.com.br/home/framework/>>. Acesso em: 5 de jan. de 2022.

The Value Reporting Foundation has now consolidated into the IFRS Foundation. Value Reporting Foundation, 2022. Disponível em: <<https://www.valuereportingfoundation.org/>>. Acesso em: 5 de jan. de 2022.

SANTANA, KAREN REBECA DE MORAES; ZARO, ELISE SOERGER. Relato Integrado, Performance de Sustentabilidade e Qualidade dos Lucros: Há Mudanças no Processo Decisório?. 2022. Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, Brasil.

FERREIRA, Talieh Shaikhzadeh Vahdat et al. Relatórios integrados: evidências internacionais da geração de valor para os acionistas. 2019. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.

THE GLOBAL COMPACT. Who Cares Wins– Connecting Financial Markets to a Changing World. United Nations and Swiss Federal Department of Foreign Affairs, 2004.

DALCERO, Kátia; HOFFMANN, VALMIR EMIL. Influência do Desempenho e do Disclosure das Práticas Environmental, Social and Governance (ESG) na Resiliência Organizacional. 2022. XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022. Brasil.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em Aberto, v. 5, n. 31, 1986.

CAMILLO, Cíntia Morales. Análise Comparativa da Frequência das Palavras por meio da Linguística de Corpus e da Linguística Computacional. In: Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online. 2018.

DAUB, Claus-Heinrich. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. Journal of Cleaner Production, v. 15, n. 1, p. 75-85, 2007.

ALBUQUERQUE, R., KOSKINEN, Y., e ZHANG, C. (2019). Corporate social responsibility and firm risk: Theory and empirical evidence. Management Science, 65(10), 4451–4469.

Benlemlih, M., & Bitar, M. (2018). Corporate Social Responsibility and Investment Efficiency. Journal of Business Ethics, 148(3), 647–671.

<https://doi.org/10.1007/s10551-022-02177-2> XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022 On-line - 21 - 23 de set de 2022 - 2177-2576 versão online 016-3020-2

B3. Manual de Implementação do GRI. 2013. Disponível em: <<https://www.b3.com.br/data/files/F7/07/8C/C9/5B243510DF0CA135790D8AA8/GRI-G4-Manual-de-Implementacao.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. de 2023.

B3. O que é o ISE B3. 2023. Disponível em: <<https://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>>. Acesso em: 15 de jan. de 2023.

B3. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3-composicao-da-carteira.htm>. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

MERVELSKEMPER, Laura; STREIT, Daniel. Enhancing market valuation of ESG performance: is integrated reporting keeping its promise?. *Business Strategy and the Environment*, v. 26, n. 4, p. 536-549, 2017.

LAI, Alessandro; MELLONI, Gaia; STACCHEZZINI, Riccardo. What does materiality mean to integrated reporting preparers? An empirical exploration. *Meditari Accountancy Research*, v. 25, n. 4, p. 533-552, 2017.

MIO, Chiara; FASAN, Marco; COSTANTINI, Antonio. Materiality in integrated and sustainability reporting: A paradigm shift?. *Business Strategy and the Environment*, v. 29, n. 1, p. 306-320, 2020.

Global Reporting Initiative. GRI Standards: The World's Leading Sustainability Reporting Standards. 2023. Disponível em:
<<https://www.globalreporting.org/standards/>>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

VELLANI, Casio Luiz. Contabilidade e Responsabilidade Social. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Introdução do Balanço Social. Disponível em:
<http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm>. Acesso em: 10 de abr. de 2023.

REIMSBACH, D.; SCHIEMANN, F.; HAHN, R.; SCHMIEDCHEN, E.. In the Eyes of the Beholder: experimental evidence on the contested nature of materiality in sustainability reporting. *Organization & Environment*, v.33, n.4, p. 624-651, 2019.

DOI: <https://doi.org/10.1177/1086026619875436>

FORSTATER, Mathew. Green jobs: Public service employment and environmental sustainability. *Challenge*, v. 49, n. 4, p. 58-72, 2006.

EDGLEY, C.; JONES, M. J.; ATKINS, J. The adoption of the materiality concept in social and environmental reporting assurance: a field study approach. *The British*

Accounting Review, v.47, n.1, p.1-18, 2015. DOI:
<https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.11.001>.

YAN, H. B.; MA, T.. A group decision-making approach to uncertain quality function deployment based on fuzzy preference relation and fuzzy majority. European Journal of Operational Research, v.241, n.3, p.815-829, 2015. DOI:
<https://doi.org/10.1016/j.ejor.2014.09.017>.

ADAMS, C. A., ALHAMOOD, A., HE, X., TIAN, J., WANG, L., e WANG, Y. (2021). The double-materiality concept: application and issues.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). B3. Disponível em: <
<https://www.iseb3.com.br/>>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

SEKARAN, U. Research methods for managers: a skill-building approach. New York: Wiley, 1984.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. Designing social inquiry: cientific Inference. Qualitative Research. Princeton University Press, Calif., 1994.

CAMARGOS, Mariana Rocha et al. Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil. Campinas, SP, 2012.

MADALENA, Joana Duarte et al. Estudo dos relatórios de sustentabilidade GRI de empresas brasileiras. 2016.

BONADIO, Monique Moretti; GONÇALVES, Marguit Neumann. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE GRI VERSÃO G4: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO CONTEÚDO DOS INDICADORES REPORTADOS PELA COMPANHIA NATURA COSMÉTICOS SA. 2016. Congresso Anpcont, Ribeirão Preto.

ADAMS, Carol A.; ABHAYAWANSA, Subhash. Connecting the COVID-19 pandemic, environmental, social and governance (ESG) investing and calls for 'harmonisation' of sustainability reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 82, p. 102309, 2022.

FERREIRA, Priscila Cristine Pacheco. Influência do lobbying no processo de constituição do International Sustainability Standards Board (ISSB). 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

BAUMÜLLER, Josef; SOPP, Karina. Double materiality and the shift from non-financial to European sustainability reporting: Review, outlook and implications. *Journal of Applied Accounting Research*, v. 23, n. 1, p. 8-28, 2022.

'Double materiality': what is it and why does it matter?. Green Cental Banking. Sydney, 25 de abril de 2021. Disponível em: <<https://greencentralbanking.com/research/double-materiality-what-is-it-and-why-does-it-matter/>>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

De Cristofaro, T.; Gulluscio, C. In Search of Double Materiality in Non-Financial Reports: First Empirical Evidence. *Sustainability* 2023, 15, 924. <https://doi.org/10.3390/su15020924>

AYRES, Andreia Ribeiro; BONIFÁCIO, Andrea Soares; DOS ANJOS SILVA, Luana. Sustentabilidade empresarial: uma análise das matrizes de materialidade das empresas globais fabricantes de automóveis. *Revista Engenharia de Interesse Social*, v. 5, n. 5, 2020.

BORÇATO, Edileusa Cristina et al. Legitimação social das empresas de capital aberto por meio da divulgação sobre meio ambiente natural no relato integrado. 2017.

Big shifts, small steps – Survey of Sustainability Reporting 2022. KPMG, 2022. Disponível em: <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/se/pdf/komm/2022/Global-Survey-of-Sustainability-Reporting-2022.pdf>>. Acesso em: 26 de abr. de 2023.

SERAFEIM, George; YOON, Aaron. Which corporate ESG news does the market react to?. *Financial Analysts Journal*, v. 78, n. 1, p. 59-78, 2022.

SOOD, Kirti et al. How does an investor prioritize ESG factors in India? An assessment based on fuzzy AHP. *Managerial Finance*, v. 49, n. 1, p. 66-87, 2023.

DE ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás cubas*. Ateliê Editorial, 1998.